

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Secretaria Executiva

Departamento de Governança Institucional

Relatório de Monitoramento PDA 2020

**Brasília
2021**

MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Marcos Cesar Pontes

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Sergio Freitas de Almeida

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO

Carlos Alberto Flora Baptistucci

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Johnny Ferreira dos Santos

ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

Artur Rodrigo Mota de Miranda

COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO E INDICADORES

Ariel Cecílio Garces Pares

Todos os direitos reservados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Os textos contidos neste documento poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que citada a fonte.

DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL (DGI)

Coordenação-Geral de Planejamento e Indicadores (CGPI)

**COORDENAÇÃO DE GESTÃO E
GOVERNANÇA DE DADOS**

Maíra Murrieta Costa

Coordenadora de Gestão e Governança de
Dados

Equipe Técnica

Ana Paula Volpe
Cristina Antonieta de Mariz Del Bosco
Mirela Karita Coelho Silva

Elaboração: Ana Paula Volpe e Maíra Murrieta Costa

Revisão: Maíra Murrieta Costa

B823p Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Departamento de Governança Institucional.

Relatório de monitoramento – PDA 2020 / Departamento de Governança Institucional. --
Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021.

17 p.

1. Dados abertos - Brasil. 2. Acesso à informação - Brasil. 3. Transparência na
administração pública - Brasil. I. Título.

CDU 342.72/.73:004.6

Sumário

1. Introdução	5
2. Contextualização da criação do MCTIC e impacto na execução da política de dados abertos	6
3. Monitoramento e Controle	7
4. Ações no âmbito do <i>Open Government Partnership</i>	15
5. Ações no âmbito da OCDE	17
6. Avaliação e Recomendações	18

1. Introdução

Este relatório tem o objetivo de apresentar o monitoramento das ações de execução da política de dados abertos no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações no ano de 2020.

Cumprir esclarecer que o ano de 2020 foi peculiar em razão dos acontecimentos sociais e econômicos mundiais decorrentes da pandemia de COVID-19 e em razão da separação ministerial entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) do Ministério das Comunicações (MCOM), que estavam unidos desde 2016, sob o nome de Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Com a instituição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações por meio da Medida Provisória nº 980, de 10 de junho de 2020, convertida na Lei nº 14.074 de 14 de outubro de 2020, foi aprovado um novo regimento interno para a Pasta. Assim, compete a Assessoria de Controle Interno do Ministério prestar apoio ao Departamento de Governança Institucional na “implementação de políticas relacionadas às áreas de governança, gestão de riscos e transparência da gestão”².

Ao Departamento de Governança Institucional (DGI), por sua vez, compete assessorar a Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) no monitoramento da implementação e no desenvolvimento do Plano de Dados Abertos (PDA) da administração direta do Ministério no cumprimento e desenvolvimento das normas referentes à abertura de dados.

Vinculada à DGI, a Coordenação de Gestão e Governança de Dados (COGGD) regimentalmente é responsável por “*elaborar, implementar e acompanhar o Plano de Dados Abertos para a abertura de dados produzidos ou custodiados pelo Ministério, considerando as vedações expressas de acesso*”³, bem como “*orientar e fornecer suporte às unidades, no âmbito da administração direta do Ministério, para a disponibilização dos dados em formato aberto, subsidiando a publicação e a manutenção dos dados em repositórios*”⁴.

² Anexo II, Capítulo I, Inciso I, Artigo 2º da Portaria nº 3.410, de 10 de setembro de 2020.

³ Capítulo III, Seção IV, Art. 37, Inciso VII da Portaria nº 3.410, de 10 de setembro de 2020.

⁴ Capítulo III, Seção IV, Art. 37, Inciso VIII da Portaria nº 3.410, de 10 de setembro de 2020.

2. Contextualização da cisão do MCTIC e impacto na execução da política de dados abertos

No primeiro trimestre de 2020, a Coordenação de Gestão e Governança de Dados envidou esforços para a articulação e negociação constante com as áreas de negócio do então MCTIC no intuito de fomentar a abertura de dados no Plano de Dados Abertos que estava em desenvolvimento. Em decorrência dessas reuniões, foi elaborada e realizada a Consulta Pública nos meses de abril e maio de 2020.

Com o surgimento da pandemia de COVID-19 e a necessidade de organização do trabalho remoto, algumas atividades necessárias para a aprovação do PDA sofreram atrasos. Durante a tramitação do processo de publicação do PDA em Portaria, ocorreu a publicação da referida Medida Provisória n. 980, que separou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) do Ministério das Comunicações (MCOM) e que foi convertida em Lei apenas em outubro de 2020.

Com a publicação da Portaria Interministerial nº 3473, de 10/09/2020, que estabeleceu o prazo do período de transição para a assunção integral pelo Ministério das Comunicações do apoio administrativo prestado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, surgiu a possibilidade de se publicar o PDA por meio de Portaria Interministerial atendendo, assim, ambas às Pastas.

Convém esclarecer que o PDA então elaborado foi planejado e desenvolvido para atender à abertura de dados com informações relativas às atuais duas Pastas, seu cronograma de execução também foi elaborado para atender às atuais duas Pastas. Porém, a cisão deixou o PDA em uma situação singular, fato que exigiu a articulação entre todos os *stakeholders* de forma a acomodar o novo cenário institucional. Uma análise mais acurada sobre um PDA que atendesse a ambas às Pastas nesse período de transição não se mostrou eficaz para um curto período de tempo, assim, em dezembro de 2020 foi decidido entre as equipes do MCTI e do MCOM que cada Pasta elaboraria seu próprio Plano de Dados Abertos. Tal situação culminou com a lacuna no ano de 2020 e a publicação do Plano de Dados Abertos para o MCTI em 2021 com período de vigência até 2023, conforme Portaria nº 4.855 em 31 de maio de 2021.

3. Monitoramento e Controle

O MCTI manteve, durante o ano de 2020, as atividades de manutenção dos conjuntos de dados disponibilizados desde 2016 atualizados em seu sítio institucional e no Portal Brasileiro de Dados Abertos, dessa forma, garantiu o compromisso assumido pela Pasta nos PDA anteriores.

No primeiro semestre de 2020 haviam 30 conjuntos de dados⁵, que foram catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos entre 2016 e 2020 referentes ao antigo MCTIC.

Após a instituição do MCTI e do MCOM, houve uma mudança no número de conjuntos de dados tanto no sítio institucional do MCTI, como no acesso dos conjuntos de dados do MCTI e do MCOM pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos.

Importante destacar que, em virtude da transição organizacional ocorrida em setembro de 2020 com a publicação da Portaria MCTI nº 3.410⁶ de 10 de setembro de 2020 e da Portaria MCOM nº 697⁷ de 11 de setembro de 2020, bem como a transição dos sítios institucionais para o ambiente Gov.br, os *links* dos conjuntos que pertenciam ao Ministério das Comunicações em dezembro de 2020 ainda estavam vinculados ao sítio do antigo MCTIC⁸ e seu carregamento no Portal Brasileiro de Dados Abertos passou a depender da ação do Ministério das Comunicações.

Com a finalidade de contextualizar a conjuntura, são apresentados a seguir os Quadros 01 e 02 respectivamente.

Quadro 01 - Conjuntos de Dados do MCTIC disponíveis no Portal no 1º Semestre 2020

Conj. Dados	Descrição	Data abertura	Periodicidade atualização	Última atualização	Política	Setor Responsável
SIRENE – Sistema de Registro Nacional de Emissões	Conjunto de dados sobre o inventário nacional de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal	Dezembro 2018	Bianual	Dezembro 2018	CT&I	SEPEF/DECIN

⁵ Os conjuntos de dados estão relacionados no Quadro 01.

⁶ Portaria MCTI nº 3.410 – Aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI e divulga o quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do órgão

⁷ Portaria MCOM nº 697 – Aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações e divulga o quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do órgão.

⁸ Link de acesso – <https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/DadosAbertos.html>

Conj. Dados	Descrição	Data abertura	Periodicidade atualização	Última atualização	Política	Setor Responsável
Indicadores Nacionais de CT&I	Conjunto de dados de diversas fontes (SIAFI, Balanço dos Estados, SCOPUS, BACEN, IBGE, USPTO, CNPq, INPI, OCDE, INEP e CAPES) para prover uma visão global do sistema nacional de C,T&I e seus diversos atores, em suas várias dimensões, permitindo a comparação com outros países.	Dezembro 2016	Anual	Dezembro 2019	CT&I	SEXEC/DGI
Banco de Variáveis de CT&I	Sistema interno da antiga COIND, que constitui um repositório de todas as variáveis produzidas e utilizadas pela Coordenação	Dezembro 2016	Anual	Novembro 2017 <i>(sistema inativo)</i>	CT&I	SEXEC/DGI
Indicadores sobre FNDCT	Série histórica dos indicadores dos resultados governamentais relativos ao Fundo, oriundos da Plataforma de Gestão de Indicadores (PGI)	Agosto 2016	Anual	Agosto 2016 <i>(sistema inativo)</i>	CT&I	Gabinete Ministro
Indicadores sobre Inclusão Digital	Série histórica de indicadores dos resultados governamentais relativos à Inclusão Digital oriundos da Plataforma de Gestão de Indicadores (PGI)	Agosto 2016	Anual	Agosto 2016 <i>(sistema inativo)</i>	CT&I	Gabinete Ministro
Indicadores sobre Fomento para C&T	Série histórica de indicadores de fomento para C&T oriundos da Plataforma de Gestão de Indicadores (PGI)	Agosto 2016	Anual	Agosto 2016 <i>(sistema inativo)</i>	CT&I	Gabinete Ministro
Execução Orçamentária	Dados da execução do orçamento extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) com informações de despesas empenhadas, pagas, liquidadas, créditos, etc.	Maio 2020	Mensal	Dezembro 2020	CT&I	SEXEC/ DAD

Conj. Dados	Descrição	Data abertura	Periodicidade atualização	Última atualização	Política	Setor Responsável
Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovações do Brasil	Dados do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICTs do Brasil	Julho 2020	Anual	Julho 2020	CT&I	SEMPI/ DEMI
DSCOM	Conjunto de indicadores setoriais consolidados – indicadores de telefonia, internet, radiodifusão e serviços postais em nível estadual e municipal	Julho 2016	Mensal	Junho 2020	Comunicações	SEXEC/DGI
Desoneração smartphones	Dados sobre smartphones com comercialização passível de desoneração fiscal na venda a varejo e dados sobre os aplicativos com a exigência de conteúdo nacional	Setembro 2016	Anual	Maio 2020	Comunicações	SETEL/ CGBL
Gesac	Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga.	Outubro 2016	Mensal	Maio 2020	Comunicações	SETEL/ DEIDI
Funttel	Resultados obtidos com os indicadores Geração de Conhecimento, Inovação Tecnológica e Impacto Sócio-Econômico	Setembro 2016	Anual	Maio 2020	Comunicações	SEXEC/DGI/ CGGF
Debêntures para a infraestrutura	Dados sobre os projetos aprovados e as debêntures incentivadas.	Setembro 2016	Anual	Agosto 2018	Comunicações	SETEL/ CGBL
Serviço Postal Básico – localidades com atendimento e entrega postais	Dados mensais referentes a localidades, em nível de distritos de acordo com o resultado do Censo IBGE 2010, nos quais a ECT disponibiliza os serviços de atendimento	Março 2017	descontinuado	Maio 2019	Comunicações	SEXEC/ SUV
Exportações por envios postais	Tabelas derivadas dos dados registrados no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX/ SERPRO, que possibilitam conhecer o desempenho mensal das exportações brasileiras, por meio dos serviços postais ou similares, mediante o emprego da Declaração Simplificada de Exportação – DSE, da Receita Federal	Março 2017	descontinuado	Fevereiro 2020	Comunicações	SEXEC/ SUV

Conj. Dados	Descrição	Data abertura	Periodicidade atualização	Última atualização	Política	Setor Responsável
Telecentros	Ponto de Inclusão Digital, sem fins lucrativos gratuito, com computadores conectados à internet.	Outubro 2016	Trimestral	Maio 2020	Comunicações	SETEL/ DEIDI
Outorgas de Serviços de Radiodifusão - DADOS DE OUTORGAS RADIODIFUSÃO – OC OT (SRD)	Grupo de dados referentes às outorgas de radiodifusão para os serviços: OC e OT.	Setembro 2018	Mensal	Janeiro 2019	Comunicações	SERAD/ DIGIN/ COGIN
Outorgas de Serviços de Radiodifusão - DADOS DE OUTORGAS RADIODIFUSÃO - MOSAICO (SCR)	Grupo de dados referentes às outorgas de radiodifusão para os serviços: TV, GTVD, RTV, RTVD, FM e OM	Agosto 2018	Mensal	Janeiro 2019	Comunicações	SERAD/ DIGIN/ COGIN
Outorgas de Serviços de Radiodifusão - DADOS DE HISTÓRICO DOCUMENTOS DE CANAIS RADIODIFUSÃO (SCR)	Grupo de dados referentes aos documentos expedidos para os canais de radiodifusão; exceto outorga, autorização para executar serviço e aprovação de locais; para os serviços: TV, GTVD, RTV, RTVD, FM e OM.	Setembro 2018	Mensal	Janeiro 2019	Comunicações	SERAD/ DIGIN/ COGIN
Outorgas de Serviços de Radiodifusão - DADOS DE HISTÓRICO DOCUMENTOS DE CANAIS RADIODIFUSÃO (SRD)	Grupo de dados referentes aos documentos expedidos para os canais de radiodifusão; exceto outorga, autorização para executar serviço e aprovação de locais; para os serviços: TV, GTVD, RTV, RTVD, FM, OM, OC e OT.	Setembro 2018	Mensal	Janeiro 2019	Comunicações	SERAD/ DIGIN/ COGIN
Outorgas de Serviços de Radiodifusão - DADOS DE DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO DE LOCAIS E INSTALAÇÕES DE CANAIS DE RADIODIFUSÃO (SCR)	Grupo de dados referentes aos documentos que aprovaram o local de instalação e utilização de equipamentos das estações de radiodifusão, para os serviços: TV, GTVD, RTV, RTVD, FM e OM.	Setembro 2018	Mensal	Janeiro 2019	Comunicações	SERAD/ DIGIN/ COGIN

Conj. Dados	Descrição	Data abertura	Periodicidade atualização	Última atualização	Política	Setor Responsável
Cidades Digitais - Lista de Cidades Atendidas	O Programa Cidades Digitais visa modernizar a gestão, ampliar o acesso aos serviços públicos e promover o desenvolvimento dos municípios por meio da tecnologia. Contém informações como quantidade de pontos atendidos no município, população, status da implantação de cada cidade contemplada, valor total previsto para a implantação e quanto foi investido até o momento.	Julho 2016	Mensal	Maio 2020	Comunicações	SETEL/ DEIDI
Computadores para Inclusão	O Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) é um espaço destinado à revitalização de PIDs e realização de cursos para formação de jovens vulneráveis.	Outubro 2016	Trimestral	Maio 2020	Comunicações	SETEL/ DEIDI
Outorgas de Serviços de Radiodifusão - Plano Básico e estações de RADIOFUSÃO	Dados dos serviços de radiodifusão e seus auxiliares. Apresenta o cenário atual de outorgas de radiodifusão com dados técnicos das estações e dos canais - utilizados e vagos - dos planos básicos de TV, RTV, FM e AM.	Novembro 2016	descontinuado	Junho 2019	Comunicações	SERAD/ DIGIN/ COGIN
Outorgas de Serviços de Radiodifusão - Publicações de consignações de Televisão Digital	Dados de Portarias de Consignação de Canal Digital publicadas pelo MCTIC. Apresenta informações referentes às publicações no Diário Oficial da União e dados das Portarias	Novembro 2016	descontinuado	Junho 2019	Comunicações	SERAD/ DIGIN/ COGIN
Outorgas de Serviços de Radiodifusão - DADOS DE DOCUMENTOS OUTORGADOS DOS CANAIS RADIODIFUSÃO (SCR)	Grupo de dados referentes aos documentos expedidos para os canais de radiodifusão; exceto outorga, autorização para executar serviço e aprovação de locais; para os serviços: TV, GTVD, RTV, RTVD, FM e OM.	Setembro 2018	Mensal	Janeiro 2019	Comunicações	SERAD/ DIGIN/ COGIN

Conj. Dados	Descrição	Data abertura	Periodicidade atualização	Última atualização	Política	Setor Responsável
Outorgas de Serviços de Radiodifusão - TV Digital	Dados relacionados ao avanço da digitalização da TV no Brasil. Apresenta dados técnicos e documentais referentes aos canais analógicos e seus respectivos pares digitais.	Novembro 2016	descontinuado	Junho 2019	Comunicações	SERAD/ DIGIN/ COGIN
REPUBL - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga	O REPUBL busca estimular investimentos de implantação, ampliação e modernização de redes de internet em banda larga por meio da desoneração fiscal. As empresas apresentam projetos ao Ministério que os avaliam. Contém informações como título do projeto, empresa, situação, valor, portaria, outros.	Janeiro 2017	Semestral	Mai 2020	Comunicações	SETEL/ CGBL

Fonte: COGGD

Em 28 de agosto de 2020, o MCTI migrou seu sítio institucional para o ambiente Gov.br⁹ fato esse que ocasionou instabilidade nos conjuntos de dados abertos até a segunda semana de setembro, período em que foi trabalhado o conteúdo da nova aba *Dados Abertos*¹⁰.

A partir da segunda semana de setembro, e, com a publicação da Portaria Interministerial nº. 3.473, a página de dados abertos do MCTI passou a disponibilizar apenas os conjuntos de dados inerentes a política de ciência, tecnologia e inovação e o conjunto de dados DSCOM, que apesar de versar sobre a política de comunicações, era disponibilizado pelo Departamento de Governança Institucional, portanto, integrava as ações de área meio amparadas pela Portaria supracitada.

⁹<https://www.gov.br/mcti/pt-br>

¹⁰ <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos>

Quadro 02 - Conjuntos de Dados do MCTI disponíveis no Portal no 2º Semestre de 2020

Conj. Dados	Descrição	Data abertura	Periodicidade de atualização	Última atualização	Política	Setor Responsável
Ação de Desenvolvimento de Pessoas	Servidores do MCTIC e UP afastados para capacitação	Julho 2020	Trimestral	Dezembro 2020	Desenvolvimento de Pessoas	SEXEC/DGI
SIRENE – Sistema de Registro Nacional de Emissões	Conjunto de dados sobre o inventário nacional de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal	Dezembro 2018	Bianual	Dezembro 2018	CT&I	SEPEF/DECIN
Indicadores Nacionais de CT&I	Conjunto de dados de diversas fontes (SIAFI, Balanço dos Estados, SCOPUS, BACEN, IBGE, USPTO, CNPq, INPI, OCDE, INEP e CAPES) para prover uma visão global do sistema nacional de C,T&I e seus diversos atores, em suas várias dimensões, permitindo a comparação com outros	Dezembro 2016	Anual	Dezembro 2020	CT&I	SEXEC/DGI
Execução Orçamentária	Dados da execução do orçamento extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) com informações de despesas empenhadas, pagas, liquidadas, créditos, etc.	Mai 2020	Mensal	Dezembro 2020	CT&I	SEXEC/DAD
Política de Propriedade Intelectual - Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovações do Brasil	Dados do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICTs do Brasil	Julho 2020	Anual	Julho 2020	CT&I	SEMPI/ DEMI
DSCOM	Conjunto de indicadores setoriais consolidados – indicadores de telefonia, internet, radiodifusão e serviços postais em nível estadual e municipal	Julho 2016	Mensal	Dezembro 2020	Comunicações	SEXEC/DGI

Fonte: COGGD

A Consulta Pública realizada em 2020 trouxe como resultado o interesse da sociedade em ter acesso aos dados da execução orçamentária e da Política de Propriedade Intelectual. Assim, apesar de não ter um PDA vigente, a equipe técnica do MCTI optou por disponibilizar esses dados para a sociedade no primeiro semestre de 2020.

Três conjuntos de dados sobre política de ciência, tecnologia e inovação deixaram de ser disponibilizados no sítio do MCTI a partir do 2º semestre de 2020, são eles: a) *Indicadores sobre FNDCT*; b) *Indicadores sobre Inclusão Digital* e; c) *Indicadores sobre Fomento para C&T* – todos oriundos da Plataforma de Gestão de Indicadores (PGI), programa capitaneado pela Casa Civil e operacionalizado pelo Ministério do Planejamento, que visava obter indicadores sobre políticas públicas e as atividades finalísticas de todos os ministérios. Quando foi criado, em 2010, o objetivo era facilitar uma eventual transição política após as eleições. Os dados eram fornecidos pelos próprios ministérios e armazenados nessa plataforma.

Em 2015, a Casa Civil tomou a decisão de desativar a PGI. Na época, o Ministério do Planejamento conseguiu manter no ar a *API* da PGI para que não houvesse a perda dos dados já disponibilizados como dados abertos do Portal Brasileiro de Dados Abertos. Em 2020, a Plataforma de Gestão de Indicadores (*i3gov*) foi retirada do ar, ou seja, o *link* onde estavam disponibilizados os conjuntos de dados não está mais disponível, fato que inviabilizou a manutenção dos conjuntos de dados acima mencionados como dados abertos.

A COGGD como unidade responsável pela supervisão das ações de abertura de dados no âmbito das Unidades de Pesquisa do MCTI, iniciou, no final de 2020, uma pesquisa com suas Unidades de Pesquisa sobre o processo de elaboração de seus respectivos Plano de Dados Abertos, de forma a compreender as dificuldades inerentes ao processo e, assim, elaborar estratégias de ação que possam culminar com a abertura de dados de pesquisa financiada com recurso público por meio do Plano de Dados Abertos das Unidades.

4. Ações no âmbito do *Open Government Partnership*

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações tem participação ativa no Plano Nacional de Governo Aberto¹¹, que parte da parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*), iniciativa internacional para difundir e incentivar práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, à prevenção da corrupção, ao *acesso à informação pública* e à participação social.

A Coordenação de Gestão e Governança de Dados do MCTI acompanhou, durante os anos de 2019 e 2020, todas reuniões inerentes ao *4º Plano de Governo Aberto* no âmbito *Compromisso 3*, qual seja - "*Estabelecer mecanismos de governança de dados científicos para o avanço da Ciência Aberta no Brasil*".

Dentre as entregas previstas no Compromisso, o MCTI foi responsável pelo *Marco 1 - "Implantação de uma rede interinstitucional pela Ciência Aberta"*, criada no ambiente do *Research Data Alliance*¹². Além disso, apresentou contribuições importantes para o *Marco 3* por meio das discussões conduzidas no Grupo de Trabalho sob Ciência Aberta.

O Grupo de Trabalho sob Ciência Aberta foi instituído¹³ no final de 2018 com o objetivo de elaborar uma proposta de política nacional de ciência aberta (GT – Ciência Aberta). O GT-Ciência Aberta reuniu-se periodicamente, nos anos de 2019 e 2020. Ao longo das reuniões de trabalho, o grupo debateu profundamente a elaboração de uma proposta de Política Nacional de Ciência Aberta, incluindo suas nuances, tais como soberania nacional, conhecimento tradicional, propriedade industrial, santuários ecológicos dentre outros. O GT concluiu suas atividades em julho de 2020, ocasião em que submeteu ao Ministro de Estado uma minuta de decreto que "*Institui a Política Nacional de Ciência Aberta e dispõe sobre o acesso aberto às publicações científicas e aos dados de pesquisas científicas custeadas com recursos públicos federais*", o documento em questão foi elaborado seguindo os normativos da OCDE e as recomendações da UNESCO sobre o tema.

Outros produtos finais entregues pelo GT são a Proposta de Articulação Institucional, que sugere estratégia de discussão da matéria com atores relevantes do sistema nacional de ciência,

¹¹ Para mais informações, consultar Processo SEI 00190.100068/2021-31

¹² Disponível em: <https://www.rd-alliance.org/node/59482/posts>.

¹³ Instituído inicialmente pela Portaria nº 6072, 23/11/2018. Posteriormente o colegiado teve sua composição alterada pela Portaria nº 1515, de 04/04/2019, de forma a refletir a estrutura regimental do então MCTIC, nos termos do Decreto nº 9677, de 02/01/2019. No segundo semestre de 2019 o GT foi recriado pela Portaria nº 3679, de 07/08/2019, em função da aplicação do disposto no art. 5º do Decreto nº 9759, de 11/04/2019.

tecnologia e inovação e a apresentação feita ao secretário-executivo, aos secretários de Políticas para Formação e Ações Estratégicas e de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle, ao presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em reunião ocorrida em 20/07/2020.

Além disso, as discussões ocorridas no âmbito do GT – Ciência Aberta também subsidiaram a participação do MCTIC em discussões internacionais sobre o tema. Nesse sentido, cabe destacar a proposta de recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre ciência aberta; a participação do Ministro de estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em discussão sobre ciência aberta no âmbito do *Grupo Carnegie*; e a revisão da recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre dados de pesquisas científicas realizadas com financiamento público.

No âmbito do *Marco 5*, a equipe da COGGD participou da elaboração de uma série de vídeos¹⁴ que discute as vantagens, as contradições entre o compartilhamento de dados e a propriedade intelectual, as vertentes da Ciência Aberta e os requisitos necessários para o compartilhamento de dados de pesquisa financiada com recurso público.

¹⁴ Disponível em: <https://video.rnp.br/portal/searchcontents.action?idFilter=77123&filterType=102>

5. Ações no âmbito da OCDE

Durante os anos de 2019 e 2020 o MCTI acompanhou as discussões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre Recomendação Revisada do Conselho sobre Acesso a Dados de Pesquisas realizadas com Recursos Públicos - *Revised Recommendation of the Council concerning Access to Research Data from Public Funding* (OECD/LEGAL/0347).

Em dezembro de 2020 o MCTI foi consultado¹⁵ sobre a disposição do Brasil em aderir à Recomendação supracitada da OCDE. Cumpre esclarecer que a Recomendação em questão foi aprovada na 117ª Sessão do Comitê de Políticas Científicas e Tecnológicas da OCDE e será submetida à apreciação do Conselho da Organização. Caso o Brasil manifestasse seu interesse em aderir à recomendação (OECD/LEGAL/0347) até 22/12/2020, poderia vir a figurar como país aderente ao instrumento logo quando de sua adoção pelo Conselho.

A OECD/LEGAL/0347 foi adotada pelo Conselho da OCDE em 2006. Embora os princípios estabelecidos na recomendação de 2006 permaneçam relevantes, os avanços tecnológicos e a proliferação de dados oriundos do Big Data, bem como a ciência fundamentada em dados (*data driven science*) e até mesmo a política baseada em evidências exigiram uma revisão da norma de forma a acomodar os diferentes aspectos do compartilhamento de dados de pesquisa científica. A respeito do assunto, o Brasil aderiu à versão original da *Recomendação* sobre acesso a dados de pesquisa, adotada em 2006 (OECD/LEGAL/0347)¹⁶.

As manifestações da Secretaria de Pesquisa e Formação Científica e do Departamento de Governança Institucional, consignadas respectivamente na Nota Técnica nº. 14269/2020/SEI-MCTI ([6233133](#)) e no Despacho COGGD nº ([6238601](#)), expuseram argumentos técnicos favoráveis à adesão à recomendação da OCDE. Diante do exposto, o MCTI ratificou, por meio do Ofício nº 30910/2020/MCTI, posicionamento favorável à adesão do Brasil à Recomendação Revisada do Conselho sobre Acesso a Dados de Pesquisas realizadas com Recursos Públicos – *Revised Recommendation of the Council concerning Access to Research Data from Public Funding* - da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

A adesão ao instrumento reforça o compromisso do país com as boas práticas preconizadas pela OCDE e está em consonância com a prioridade governamental de ingresso como país-membro daquela organização.

¹⁵ Processo SEI - 01245.013024/2020-71

¹⁶ Informações retiradas do Despacho COGGD (6238601) – Processo SEI 01245.013024/2020-71

6. Avaliação e Recomendações

De acordo com o *Nível de Maturidade de Dados Abertos*¹⁷, proposto pelo *Open Data Institute*, são cinco níveis que representam os diferentes estados pelos quais uma organização passa. O MCTI corresponde ao *Nível 2 – reprodutível*, ou seja, “os processos estão sendo aprimorados e se tornando reprodutíveis, mas apenas dentro do escopo de equipes ou projetos individuais. Não há padrões organizacionais”

Por essa razão, a COGGD além de manter os conjuntos de dados atualizados, tem procurado aprimorar os metadados, com a criação dos dicionários das bases disponibilizadas ao público, além de procurar padronizar as informações, de zelar pela qualidade dos dados abertos e responder por eventuais questionamentos e dúvidas sobre o conjunto de dados abertos. A Coordenação tem como desafio alcançar o *Nível 3 – Padronizado*, do *Nível de Maturidade de Dados Abertos* até 2025.

Como mencionado, em face dos procedimentos administrativos gerados pela criação do órgão e pela implementação de novo Portal para o MCTI no ambiente Gov.Br, a tarefa de atualização dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos sofreu atraso no planejamento inicial, porém foi executada sem prejuízos para a Administração Pública.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações disponibiliza seus conjuntos de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos no formato *.xls* e alguns em formato *.csv*, portanto, alternando entre a segunda instância e terceira instância do padrão “*as cinco estrelas dos dados abertos*” proposto por Tim Bernes Lee. Cumpre esclarecer que está elencado como desafio da COGGD alcançar o padrão quatro estrelas até 2024.

No âmbito da interoperabilidade de dados abertos, a COGGD pretende retomar a aproximação com o escritório GO FAIR Brasil com o objetivo de estimular o uso dos princípios FAIR nos dados abertos da Administração Direta do MCTI até 2025.

O Quadro 03 consolida uma avaliação, as recomendações e os prazos da COGGD no âmbito do aprimoramento na execução da política de dados abertos do Governo Federal.

¹⁷ Open Data Institute. Disponível em: https://ceweb.br/media/docs/publicacoes/13/Guia_Modelo_de_Maturidade_de_Dados_Abertos.pdf

Quadro 03 - Avaliação, as recomendações e prazos

AVALIAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	PRAZO
Nível 2 - Reprodutível	Alcançar o Nível 3 - Padronizado <i>(Nível Maturidade de Dados Abertos)</i>	2025
Padrão 2 e 3	Alcançar o Padrão 4 - <i>(As cinco estrelas dos Dados Abertos)</i>	2024
Nível 0 FAIR	Aderir os Princípios FAIR para a interoperabilidade de dados	2025

Fonte: COGGD

No que concerne a atuação da administração central do MCTI junto as suas Unidades de Pesquisa (UP), a COGGD elaborou diagnóstico sobre a situação de seus respectivos Planos de Dados Abertos, constatando que das 16 UP, apenas três estão com PDA vigente. Diante do exposto, foi estabelecido como meta para 2021 e 2022 realizar pelo menos dois cursos de capacitação na elaboração de PDA e manutenção de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos.